



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 350.1.54.O

DATA: 06/12/11

TURNO: Matutino

TIPO DA SESSÃO: Solene - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 10h19min

TÉRMINO: 12h32min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 350ª Sessão, Solene, Matutina, em 6 de dezembro de 2011

Presidência dos Srs.:

Jorge Tadeu Mudalen, 2º Secretário.

Filipe Pereira, § 2º ao artigo 18 do Regimento Interno.



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)



O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Passa-se à

IV - HOMENAGEM

O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Sessão solene para a entrega do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública.

A realização desta sessão foi requerida pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Convido para compor a Mesa o Deputado Filipe Pereira, Presidente da Comissão de Fiscalização; e o Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal da União.

Peço aos Deputados e assessores que se sentem.

Chamo o Governador do Paraná, Beto Richa.

Ouiremos, neste momento, o Hino Nacional, executado pela Banda Sinfônica da Base Aérea de Brasília, sob a regência do Segundo-Tenente Músico Manoel Jerônimo da Silva.

(É executado o Hino Nacional.)



O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, passo a ler pronunciamento que me foi encaminhado pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, nos seguintes termos:

“Antes de mais nada, devemos louvar a iniciativa da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados pela proposição do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, que tem seu foco num dos aspectos mais importantes da atualidade brasileira.

Sem dúvida, quando se fala em democracia e cidadania, no Brasil, imediatamente vem à tona a questão da transparência na gestão dos recursos públicos. A população cobra dos governantes e de todos os órgãos públicos e considera que esse é um dos pontos decisivos para o desenvolvimento, moral e material, de nosso País.

O Parlamento, como não poderia deixar de ser, está no centro do debate e tem sido constantemente arguído, tanto em relação à transparência de suas próprias ações, quanto no que diz respeito à modernização da legislação voltada à fiscalização e controle dos demais Poderes da República.

O Executivo e o Judiciário, da mesma forma, têm sido fortemente fiscalizados pela imprensa e pela opinião pública, que esperam acompanhamento rigoroso das ações dos gestores públicos.

Nesse contexto, foi instituído o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, em duas categorias — governamental e sociedade civil —, que devem contemplar a eficiência e a inovação de ações que tragam benefícios para todos os aspectos da Administração Pública, no plano humano, administrativo e tecnológico.



A homenagem deste ano ao ex-Governador do Paraná, José Richa, honra a Câmara dos Deputados, pois o talento e a energia que ele dedicou ao progresso da Nação brasileira, aqui nesta Casa, no Senado Federal, ou nos postos executivos que ocupou, qualificaram-no a integrar o rol dos grandes homens públicos de nosso País.

Integralmente dedicado à vida partidária e à busca de caminhos conciliadores para os problemas nacionais, José Richa pensou grande e agiu com a responsabilidade de um democrata que contribuiu muito para o avanço de nossas instituições. Sua luta em defesa de um Estado plural, confiável e respeitado pelos cidadãos serve de exemplo às futuras gerações e enobrece o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública.

Da mesma forma, a escolha da Associação Contas Abertas faz justiça a uma entidade que tem atuado vigorosamente na fiscalização dos gastos públicos, indicando aos cidadãos os caminhos para que eles próprios possam cobrar, de forma mais eficaz e conseqüente, comportamento ético por parte dos governantes.

Nesse sentido, a entidade presta serviço de grande alcance à sociedade brasileira, porque o caráter pedagógico de suas ações é indispensável para mudar a forma como fazemos a distinção entre o público e o privado.

Mais do que nunca, cabe a entidades como a Associação Contas Abertas assumir a vanguarda da luta que travamos pela definição de um novo paradigma ético na conduta de autoridades e gestores públicos, nesse momento em que a consolidação da democracia tanto depende da credibilidade das instituições.

A tarefa que temos pela frente envolve não apenas a adoção consciente de um ordenamento jurídico ágil e atualizado, mas vai além disso, pois envolve a



superação da cultura paternalista e patrimonialista que por tanto tempo permeou a gestão da coisa pública do Brasil.

Substituir essas práticas ultrapassadas é tão difícil quando abandonar um vício. Mas não é impossível, como provam os enormes avanços que temos feito na fiscalização do Estado, em suas várias instâncias.

Assim como escrevemos uma nova Constituição, colocamos em prática a liberdade de expressão e estamos combatendo velhos preconceitos, também seremos capazes de criar um novo paradigma na gestão dos órgãos públicos.

O Prêmio Transparência e Fiscalização Pública é sinal de que caminhamos na direção certa.

Obrigado.”



O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Concedo a palavra ao Deputado Filipe Pereira, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. (*Pausa.*)

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Jorge Tadeu Mudalen; Sr. Presidente do Tribunal de Contas, Ministro Benjamin Zymler; Sr. Governador Beto Richa, caros colegas Deputados, Senadores, Deputadas e Senadoras e demais presentes, é uma satisfação tê-los aqui nesta manhã.

Familiares e amigos dos homenageados Sr. José Alencar, representado aqui pelo Sr. Ronaldo Dornellas de Assis Ribeiro, seu cunhado; Sr. Aécio Cunha, representado pelos seus filhos Sr. Senador Aécio Neves e Sra. Andrea Neves; Sr. José Richa, representado pelo seu filho, Governador do Estado do Paraná, Beto Richa; representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, Dom Leonardo Ulrich Steiner; da Associação Contas Abertas, Sr. Francisco Gil Castello Branco Neto; e da Transparência Brasil, Sr. Antônio Augusto de Miranda e Souza, é uma satisfação imensa participar desta sessão solene para outorga do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, edições 2004 e 2011.

O Prêmio teve sua primeira edição em 2004, quando a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, pelo Ato nº 1, de 2004, assinado por seu então Presidente, Deputado José Priante, presente nesta sessão, decidiu conferi-lo em duas categorias: primeira, no âmbito estadual, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB e, segunda, no âmbito da União, à Associação Transparência Brasil.

Infelizmente, por questões burocráticas, combinadas com o fato de aquele ser um ano eleitoral, as entidades agraciadas em 2004 não receberam as honrarias a



que tinham direito e, nos anos seguintes, não se realizaram novas edições do Prêmio.

Neste ano, por iniciativa da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a edição do Prêmio foi retomada, com a aprovação pelo Plenário da Comissão do Regulamento nº 1, de 2011, que prevê sua concessão em duas categorias: primeira, governamental e, segunda, sociedade civil.

O regulamento também prevê homenagem a brasileiro ou brasileira *in memoriam* que tenha se destacado no trabalho pela transparência e fiscalização pública, para serem patronos dos prêmios nas duas categorias.

Cumprida a etapa de indicações, o Colegiado da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle deliberou, na reunião de 6 de julho de 2011, que seriam homenageados na edição de 2011, como patrono da sociedade civil, o nosso ex-Senador e ex-Vice-Presidente da República José Alencar e, na categoria governamental, o ex-Deputado Aécio Ferreira da Cunha, pai do nosso Senador Aécio Neves.

Finalmente, na reunião do dia 21 de setembro de 2011, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, por votação secreta, escolheu os agraciados com o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2011: na categoria sociedade civil, foi eleita a Associação Contas Abertas, indicação do Líder do PPS, Deputado Rubens Bueno, e do Deputado Moreira Mendes; na categoria governamental, o eleito foi o ex-Senador e ex-Governador do Paraná José Richa, aqui representado pelo seu filho Beto Richa.

Assim, esta sessão solene cumpre hoje duas tarefas distintas e igualmente louváveis: resgata uma dívida do passado ao entregar as devidas honorarias aos



vencedores da edição de 2004 e marca a retomada da outorga deste importante prêmio com a edição de 2011, no momento em que a sociedade exige cada vez mais transparência e rigor na fiscalização das ações dos agentes públicos, tarefa esta que cabe constitucionalmente ao Poder Legislativo e é a razão de ser da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, que tenho a honra de presidir.

Portanto, senhoras e senhores aqui presentes, nada mais justo e recomendável que valorizar e incentivar pessoas e entidades que têm colaborado com esta Casa no atendimento dessa obrigação constitucional, como bem fazem ou fizeram ao longo de sua vida os ora homenageados e agraciados nesta sessão solene.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Passo a palavra ao Deputado Sérgio Brito, e a Presidência, ao Deputado Filipe Pereira.

O Sr. Jorge Tadeu Mudalen, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Filipe Pereira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Brito, autor do requerimento de realização desta sessão.

O SR. SÉRGIO BRITO (PSD-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler; Sr. Governador do Estado do Paraná, José Richa; Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, é com muita emoção que subo à tribuna nesta solenidade de entrega do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública.

Hoje estou vendo realizar-se uma das prioridades estabelecidas quando assumi, no início deste ano, a Presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Já em meu discurso de posse, firmei, diante do Plenário da Comissão, o compromisso de retomar a entrega desse prêmio, instituído pela Resolução nº 13, de 2003, sob a Presidência do Deputado José Priante.

Desde então, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle tem se dedicado para que hoje estivéssemos aqui, nesta solenidade, para outorgar os prêmios aos agraciados do ano de 2004, CNBB e Transparência Brasil, fazendo jus ao que lhes era merecido e de direito, e do ano de 2011, Sr. José Richa, na categoria governamental, e Associação Contas Abertas, na categoria sociedade civil. Foram homenageados os Srs. José Alencar, prêmio na categoria sociedade civil, indicação do Deputado Sérgio Brito; Aécio Ferreira da Cunha, prêmio na categoria governamental, indicação do Deputado Ademir Camilo; e premiados, na categoria governamental, José Richa, por indicação dos Deputados Fernando Francischini e Sérgio Brito; e na categoria sociedade civil, a Associação Contas Abertas, por indicação dos Deputados Rubens Bueno e Moreira Mendes.



Também gostaria de deixar aqui os meus sinceros agradecimentos pela presença das famílias dos homenageados já falecidos que se destacaram no trabalho pela transparência e fiscalização pública, que dão seus nomes aos prêmios desta edição de 2011: Aécio Cunha, prêmio na categoria governamental, e José Alencar, nome que tive a honrar de indicar para a denominação do prêmio na categoria sociedade civil, não somente pelos 8 anos em que exerceu com louvor a Vice-Presidência da República no Governo Lula, mas também pelo exemplo de integridade, correção e determinação, tanto na sua trajetória empresarial, como na luta democrática exercida em sua vida pública. José Alencar mostrou em sua vida que o sucesso empresarial e o exercício da política não são incompatíveis com a ética, com a busca incessante do bem comum e a seriedade no trato dos negócios privados e da coisa pública.

Senhoras e senhores, é com a satisfação do dever cumprido que finalizo este breve discurso e mantenho a esperança de que, num futuro breve, já não tenhamos que premiar ações dedicadas à transparência ou fiscalização na gestão da coisa pública, uma vez que o trato dos recursos públicos já terá alta transparência em sua prática habitual.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Convido neste momento o Deputado José Priante para fazer uso da palavra, pelo PMDB.

O SR. JOSÉ PRIANTE (PMDB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, senhores agraciados, senhores convidados que aqui se fazem presentes, Sr. Governador do Estado do Paraná, Beto Richa, Sr. Presidente do TCU, Benjamin Zymler, senhoras e senhores, imprensa aqui presente, é uma honra muito grande participar desta cerimônia e poder grifar, de maneira bastante enfática, a importância deste evento para todos nós que fazemos parte do Poder Legislativo do Brasil, particularmente da Câmara dos Deputados.

É uma alegria e uma honra, de maneira muito especial, termos instituído, no âmbito da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa — que é uma Comissão diferenciada, com função específica, caráter fiscalizador —, ainda em 2003, o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública no âmbito da Câmara dos Deputados.

É claro que, nas atividades múltiplas de um Parlamentar, inclui-se estar atento a todos os flancos, ângulos, a todos os aspectos da sociedade, o que faz com que o Parlamentar acabe sendo, numa linguagem mais popular, uma espécie de clínico geral. Porque é muito difícil, diante de uma sociedade com tantos caminhos e descaminhos no seu dia a dia, o Parlamentar restringir sua atividade a uma ação específica, seja ela voltada para o aspecto da educação, da saúde, da fiscalização, do esporte, enfim, de todos os ângulos que afligem a vida do cidadão brasileiro. Então, o político, o Parlamentar acaba tendo essa atividade múltipla.

Acho que hoje o Parlamento brasileiro, nesta sessão, destaca, de maneira muito importante, um sentimento que não se pode perder de vista, que é exatamente o de Sessão solene para a entrega do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública.



estar em sintonia com a sociedade e de poder grifar, através de um evento, de uma solenidade como esta, entidades, figuras públicas que merecem o reconhecimento e a grandeza deste Parlamento.

Portanto, repito, é com muita honra e alegria que, depois de alguns anos — eu fui Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle anos atrás —, podemos realizar esta sessão solene de reconhecimento e de entrega desse prêmio, que foi consolidado no âmbito da Câmara dos Deputados.

Particularmente, durante o período em que estive na Presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, tive a honra de ver aprovada na Comissão, iniciativa nossa e de outros Parlamentares, a premiação a duas entidades que reputo da maior importância, em termos de transparência, de conduta social, de controle e de contribuição para a democracia brasileira.

Uma delas é a CNBB, que tenho a honra de grifar, como proponente deste prêmio. É com alegria que vejo nesta sessão D. Leonardo Steiner. É uma alegria muito grande vê-lo aqui representando a CNBB. Eu, que venho de um Estado que é palco da maior manifestação católica do Brasil — e digo, com muito orgulho, que talvez seja a maior do mundo e retrata o tamanho da fé do nosso Estado —, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, tenho a honra de participar desta sessão em homenagem à CNBB, levando em consideração o seu papel político, social, histórico e de transparência.

E a outra entidade é a Transparência Brasil, neste ato representada pelo Sr. Antônio Augusto de Miranda e Souza.

É uma alegria muito grande e uma honra enorme participar desta sessão e ver que esse prêmio virou uma realidade, sinal de que o Poder Legislativo, de que a



Câmara dos Deputados está atenta a todos que contribuem para esta que deveria ser sinônimo de democracia no nosso dicionário: a transparência de todos os atos públicos e de todos os atos da vida de qualquer cidadão.

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente, que parabenizo pela iniciativa de propor a realização desta sessão.

Que todos os agraciados neste reconhecimento — um pequeno gesto, um pequeno ato do Poder Legislativo, mas que adquire grandeza — não percam o norte da responsabilidade que temos todos nós com o Parlamento brasileiro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Muito obrigado, Deputado José Priante, o precursor da oportunidade que estamos tendo aqui hoje.



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Passo a palavra, pelo PSDB, ao Deputado Nilson Leitão, 1º Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente, Deputado Filipe Pereira.

Cumprimento o nosso Governador do Paraná, Beto Richa, e o nosso Ministro do TCU, Benjamin Zymler.

Falo aqui também em nome dos Deputados paranaenses Alfredo Kaefer e Luiz Nishimori. Logo depois falará também o Deputado Fernando Francischini.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho que a manhã de hoje é importante para o Brasil, principalmente pelo momento que nós estamos vivendo. O Prêmio Transparência e Fiscalização Pública foi instituído com o objetivo de prestar reconhecimento e homenagem à administração pública direta e indireta, a pessoas e entidades da sociedade civil cujos trabalhos ou ações promoveram a fiscalização administrativa e patrimonial dos recursos públicos brasileiros.

A falta de transparência facilita a corrupção, que desvia para os bolsos privados bilhões de reais pagos pelos cidadãos brasileiros. Segundo alguns cálculos, as obras realizadas pelo PAC nos últimos 3 anos poderiam ser quadruplicadas caso ficássemos apenas 1 ano sem corrupção.

O prêmio é mais uma forma de incentivar a luta contra aqueles que infestam a máquina pública. A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e a Mesa Diretora desta Câmara homenageiam pessoas e entidades que se destacaram e se destacam no trabalho pela boa gestão governamental.



Neste ano de 2011, na categoria Sociedade Civil, foi contemplada a Associação Contas Abertas; na categoria Governamental, por unanimidade, o prêmio, *post mortem*, coube ao ex-Governador e ex-Senador José Richa, indicado pelos Deputados Federais Fernando Francischini e Sérgio Brito.

Para subsidiar decisão, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicitou a uma instituição que atua na área de transparência e fiscalização a avaliação e o parecer técnico sobre a Associação Contas Abertas e o político José Richa. Este, como Deputado Federal, Senador, Prefeito de Londrina e Governador do Paraná, foi exemplo de ética pública, a começar pela austeridade com que tratava o Erário, caráter essencial para o bom funcionamento da democracia.

Ainda jovem, José Richa filiou-se ao PDC, partido de Franco Montoro e do Governador paranaense Ney Braga, para quem trabalhava. Porém, quando a ditadura se instalou, Ney Braga foi para a Arena; Richa não teve dúvida ao seguir Montoro e escolher o caminho mais difícil, porém mais correto, o do MDB — Movimento Democrático Brasileiro.

Posteriormente, Richa foi um dos fundadores do PSDB e articulador político do movimento Diretas Já, sempre com Franco Montoro e outros tucanos históricos.

Graças a sua imensa capacidade de articulação, que não era baseada no fisiologismo com o dinheiro público, Richa foi excelente administrador. Prefeito de Londrina, construiu o Estádio do Café, a Via Expressa e o Plano Integrado do Distrito Industrial.

Como o primeiro Governador do Paraná eleito pelo voto direto, depois do Golpe de 1964, levou, em 1982, energia elétrica aos mais distantes grotões do Estado; valorizou os servidores públicos; facilitou o microcrédito oferecido pelo



banco estadual; priorizou obras pequenas; instituiu os conselhos comunitários e o Projeto Mutirão, democratizando o destino das verbas públicas e tornando os serviços públicos acessíveis a todos.

Quanto à Associação Contas Abertas, é conhecida por todos os interessados na correta aplicação das verbas públicas. Existente desde 2005, a página da organização na Internet já teve mais de 20 milhões de acessos, até de órgãos governamentais, como o IPEA, que recorreu aos dados da entidade para a realização de estudos sobre a situação lamentável dos aeroportos brasileiros.

A Contas Abertas tem-se mostrado essencial para aprimorar a qualidade, a prioridade e a legalidade dos gastos públicos. Tendo em vista suas restrições orçamentárias, a organização só acompanha sistematicamente a contabilidade da União (Executivo, Legislativo e Judiciário federais), realizando — basicamente, mas não só — a tradução, para o público, a imprensa e os políticos, dos complexos dados disponibilizados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

Senhoras e senhores, a impunidade da corrupção, em nosso País, tem muitas causas: excesso de imunidade parlamentar, sigilo bancário e de funções comissionadas; os critérios personalistas e não técnicos para a nomeação de Juízes e Ministros dos Tribunais Superiores; o foro privilegiado para autoridades; as regras do financiamento das campanhas eleitorais; as emendas parlamentares; e a morosidade da Justiça.

Para combater essas mazelas e detectar a corrupção que tanto mal faz ao País, o prêmio oferecido por esta Casa é um passo na direção certa, pois a transparência, buscada tanto por José Richa quanto pela Associação Contas



Abertas, por José Alencar, pela Transparência Brasil e pela CNBB, é pré-requisito para o controle social dos recursos públicos.

Deus abençoe o nosso povo e o proteja desse mau que é a corrupção. Deus abençoe aqueles que de boa fé zelam pelos que mais precisam.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Muito obrigado, Deputado Nilson Leitão.



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Passo a palavra à Deputada Cida Borghetti, pelo PP.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP-PR. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Quero saudar, inicialmente, o Governador do Estado do Paraná, Sr. Carlos Alberto Richa, cuja emoção é visível. Retratamos aqui, em poucas palavras, o trabalho do nosso querido José Richa, que foi um Governador transparente. Mas ele tinha uma qualidade, Alcení, que talvez poucos homens públicos do Paraná tenham manifestado: a sensibilidade. Foi o Governador dos professores. Não é mesmo, Governador Beto Richa? Ele amava os professores, ele respeitava os mestres. E talvez por isso a transparência e a ética prevaleceram no seu Governo, Deputado Fernando Francischini. E, mesmo não estando mais entre nós, ele foi agraciado, ele foi escolhido por mérito, por ter administrado o Estado do Paraná com tamanha transparência e tamanha lealdade ao seu povo.

Então, Deputado Luiz Nishimori, Deputada Rosane Ferreira, que está entre nós e é do Paraná, quero dizer que o Estado do Paraná se sente honrado de participar desta justa homenagem a um homem público que deixou como marcas o trabalho, a transparência e a humildade, outra das muitas características do nosso querido José Richa.

Lembro-me de que, na sua primeira campanha, Governador Beto Richa, o seu pai pôde andar conosco pelo interior do Paraná, pela nossa bela Maringá, de sandálias de couro. Ele adorava usar sandálias de couro. Lembro-me de que participamos de alguns comícios, de algumas visitas. E José Richa sempre se mostrava humilde, buscando naquela oportunidade um voto de confiança, um voto



de credibilidade ao seu filho, o então candidato Beto Richa, que ganhou experiência e a confiança do povo paranaense, que o fez Governador na outra eleição.

Quero mais uma vez agradecer a oportunidade de falar em nome da Liderança do Partido Progressista nesta Casa, e saudar a comitiva do Estado do Paraná: o Dr. Lúcio Glomb; o Dr. Anderson Furlan, juiz federal; o Dr. Edson Ramon, Presidente da Associação Comercial do Paraná. Essa comitiva veio a Brasília também para brigar pela garantia, ao Estado do Paraná, de um tribunal federal ao qual reportar as ações e não mais, como acontece hoje, ao Estado do Rio Grande do Sul, para defender o seu povo.

Quero saudar o Deputado Filipe Pereira, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, o Ministro Benjamim Zymler, Presidente do TCU, que esteve conosco até pouco tempo, mais uma vez o Governador Beto Richa e a CNBB, que, com as suas grandes campanhas a favor da família, a favor da vida, a favor da transparência e da ética, recebe aqui, juntamente com a Transparência Brasil, essa honra.

O povo brasileiro espera de nós políticos o respeito aos votos que recebemos nas urnas, prestação de serviços e transparência.

Muito obrigada.

Bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Muito obrigado pelas palavras, Deputada Cida Borghetti.



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Passo a palavra à Deputada Luíza Erundina, pelo PSB.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente dos trabalhos, Deputado Filipe Pereira, que também é Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle desta Casa; nobre Governador do Paraná, Beto Richa, jovem liderança de importante destaque na vida política do País, que traz aqui, evidentemente, a memória e a lembrança do seu pai, José Richa; D. Leonardo Ulrich Steiner, membro do Conselho da CNBB; senhoras e senhores presentes a este ato; telespectadores que nos assistem; e homenageados nesta sessão, quando fui convidada a indicar alguma entidade ou alguém para receber o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, logo me veio a possibilidade de homenagear uma instituição já absolutamente reconhecida e prestigiada no âmbito nacional: a Transparência Brasil. Indicamos o prêmio na sua primeira edição, a de 2004, na Comissão que criou esse prêmio. Imaginem os senhores: já faz 7 anos, e estamos aqui a conferir esse prêmio.

Ora, se em 2004, a 7 anos atrás, a Transparência Brasil já apresentava importante trabalho pela ética na política, pelo interesse público e pelo controle das ações dos sujeitos e dos atores do Estado e da administração pública, imaginemos, 7 anos depois, o que essa instituição tem a apresentar, no que se refere a trabalho, dedicação e contribuição, inclusive para a mudança de cultura política em nosso País, em relação à transparência, à lisura no trato da coisa pública, em defesa da ética na política.

É de tamanha importância a contribuição da Transparência Brasil que ela hoje se tornou uma referência e tem sido um estímulo para que esta Casa, o Congresso



Nacional, tome iniciativas de lei no sentido de consagrar instrumentos legais que sirvam exatamente para conter a corrupção e inibir os abusos que se cometem com muita frequência em nosso País.

Fruto disso é, por exemplo, o projeto de lei do Senador João Alberto Capiberibe, a Lei da Transparência, que obriga todos os governantes, dos três níveis da administração pública, a exporem em tempo real, via Internet, seus gastos, suas despesas, o orçamento, a execução do orçamento, os contratos que fazem. Portanto, exige transparência total à administração pública em nosso País. É uma lei do Senador, aprovada também por esta Casa, que em certo sentido é fruto do que têm feito instituições como a Transparência Brasil, a CNBB e tantas outras importantes instituições da sociedade civil que têm marcado a sua presença nesse esforço de tornar o interesse público absolutamente respeitado pelos atores do Estado, pelos políticos inclusive e por toda a sociedade brasileira.

Está representada aqui a Transparência Brasil pelo Sr. Antônio Augusto de Miranda Souza, um dos membros do Conselho da instituição. Eu aproveito a oportunidade para registrar a sua presença e fazer um agradecimento, em nome do povo brasileiro, que temos a honra, o privilégio e a responsabilidade de representar nesta Casa, ao mesmo tempo incluindo as outras instituições hoje também homenageadas nesta Casa, através desse prêmio criado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e pela Mesa Diretora da Casa.

Certamente, essas instituições, além de prestarem excelentes serviços à sociedade brasileira, têm sido referência e estímulo para que as coisas comecem a mudar no cenário nacional, em termos de ética, de lisura e da responsabilidade pelo interesse público.



Além da lei do Senador João Alberto Capiberibe, o Governo Lula e a Presidente Dilma encaminharam ao Congresso o projeto da lei que abre os arquivos e as informações públicas de forma irrestrita, estabelecendo evidentemente alguns prazos legais para determinadas informações, determinados documentos. Isso tudo temos que valorizar e dizer que são importantes iniciativas, mudanças reais que começam a se implementar na vida pública brasileira. Isso evidentemente corresponde ao anseio dos cidadãos e cidadãs do nosso País.

Portanto, é uma manhã que nos enche de muita satisfação e esperança. Que os tempos, de fato, mudem na direção do interesse público, que, em última instância, não é outra coisa senão uma condição de plena democracia em nosso País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Muito obrigado, Deputada Luiza Erundina.

S.Exa. que está aqui enobrecendo a nossa solenidade como uma das indicadoras, também, do Prêmio Transparência Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Concedo a palavra, neste momento, à Deputada Rosane Ferreira, pela Liderança do PV.

A SRA. ROSANE FERREIRA (Bloco/PV-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, Deputado Filipe Pereira, Sr. Beto Richa, Governador do nosso Estado do Paraná, quando tantos infringem o art. 37 da Constituição e os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, estar nesta tribuna, agora, é uma responsabilidade e uma honra.

Eu peço licença, com todo o meu respeito, à CNBB, à Transparência Brasil e à organização Contas Aberta para me deter na homenagem ao nosso ex-Governador José Richa, pai do Governador Beto Richa.

A Câmara dos Deputados homenageia *in memoriam* no dia de hoje o ex-Governador do Paraná José Richa com o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, concedido em votação unânime na reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, graças à indicação dos Deputados Federais Fernando Francischini e Sergio Brito.

José Richa foi um protagonista da sua própria história e da história política do Brasil. Foi um dos fundadores do MDB e participou também da fundação do PMDB e do PSDB. Um dos mais importantes articuladores do movimento Diretas Já!, Richa deixou um legado de ética, austeridade, democracia e lealdade na política — lealdade.

Homem público de valor, foi eleito duas vezes Deputado Federal, cumpriu também dois mandatos de Senador, foi Prefeito de Londrina e o primeiro



Governador do Paraná eleito pelo voto direto, em 1983, configurando-se num dos mais importantes líderes brasileiros pela redemocratização do Brasil.

Mesmo num dos períodos mais terríveis da ditadura, quando a regra era perseguir, torturar e aniquilar os adversários do regime militar, José Richa manteve sua integridade ideológica e o bom senso para contribuir, através do diálogo, para a transição democrática.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite um aparte, nobre Deputada Rosane Ferreira? Quero cumprimentar V.Exa. neste momento em que ocupa a tribuna, representando o seu partido. Já que não cheguei a tempo de cumprimentar e apartear o nobre Deputado Priante, que expressou o pensamento do PMDB, quero apenas fazer uma recordação diante do Governador Beto Richa: quando ambos, o Senador José Richa e eu, integrávamos a outra Casa do Parlamento, nós aprovamos um projeto — não entenda como jactância exagerada essa menção neste momento — de minha lavra, regulamentando o art. 45 da Carta de 1967. E, para garantir eficácia a esse dispositivo, nós apresentamos um projeto que obrigava as duas Casas, Câmara e Senado, a criarem a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a fim de que procedessem exatamente ao acompanhamento das despesas, tanto da administração direta como da administração indireta. Esse projeto, aprovado, ensejou a que as duas Casas, a Câmara e o Senado, dessem eficácia a esse dispositivo e valorizassem, portanto, a prerrogativa de fiscalização e controle. Se me alongo um pouco neste aparte, tenho certeza de que o Presidente flexibilizará o Regimento para que V.Exa. prossiga no seu brilhante pronunciamento. Quero apenas lembrar que, aprovada a resolução — e relembro porque os personagens agora citados não se acham mais entre nós: o Presidente do Senado



Federal e da Comissão de Fiscalização e Controle, o saudoso Senador Roberto Campos, e aqui a Presidência esteve a cargo de Fernando Gasparian —, os órgãos passaram a funcionar como esteio de vitalização do Poder Legislativo nessa tarefa que a Carta de 1967 consagrou. É uma relembração que faço até para dizer que estou identificado com essa solenidade de hoje, por isso fiz questão, diante do próprio Governador Beto Richa, de dizer que o grande Senador José Richa foi um dos propugnadores dessa tese. Daí por que eu não me olvidaria de mencionar esse nome, ele que foi sem dúvida uma grande expressão da vida pública brasileira. Portanto é uma recordação que faço, esperando contar com a cooperação de V.Exa., para que eu, intervindo no seu discurso, possa registrar esse acontecimento histórico que vitalizou, favoreceu e avigorou as prerrogativas do Congresso Nacional. Muito obrigado.

A SRA. ROSANE FERREIRA - Por nada, Deputado Mauro Benevides. Seu aparte enriquece o meu pronunciamento. Eu que agradeço.

Formado em Odontologia pela Universidade Federal do Paraná, começou sua militância na política estudantil e chegou ao auge para o homem público ao angariar a admiração dos seus pares, o respeito de seus adversários e o carinho da população.

Com uma biografia inquestionável, seu legado chega aos dias de hoje como modelo de idoneidade e vocação para a política. Era um defensor de valores caros para a democracia, como a transparência no trato da coisa pública e fiscalização na gestão administrativa, patrimonial e dos recursos públicos brasileiros.

Zelar pela memória do homem público que tanto contribuiu para o desenvolvimento do nosso Estado com ideias de vanguarda e arrojo na



administração, sempre com dedicação e cuidado ético, Governador Beto Richa, é nossa obrigação.

Que esta memória seja uma inspiração e norteie as nossas vidas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Muito obrigado, Deputada Rosane Ferreira.



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Passo a palavra ao Deputado Hugo Leal, pelo PSC.

O SR. HUGO LEAL (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Filipe Pereira, do meu Estado e do meu partido, o PSC — Partido Social Cristão; Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Beto Richa; Sras. e Srs. Deputados, no mesmo momento em que homenageio os agraciados por esta homenagem, não gostaria de perder a oportunidade de me manifestar sobre o prêmio com que estamos hoje privilegiando e honrando algumas autoridades e alguns organismos. Quero falar basicamente sobre um propósito que tem acontecido nos últimos anos, especificamente no último ano.

Na qualidade de membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, tivemos a oportunidade de trazer ao âmbito da Comissão o chamado Governo Aberto, projeto do Brasil em parceria com os Estados Unidos, assinado pela Presidenta Dilma Rousseff, em setembro deste ano, e que tem como propósito colocar à disposição da população, com transparência e visibilidade, todas as informações e números da gestão pública federal, estadual e municipal, como mecanismo, como antídoto a qualquer forma de controle da informação ou até mesmo a qualquer tentativa de se esconder a corrupção.

Tive a oportunidade e a honra de ter participado do debate, no dia 30 de agosto deste ano, quando a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle trouxe a esta Casa o Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, Dr. Jorge Hage, membros da diplomacia dos Estados Unidos, membros da diplomacia brasileira, representantes da Casa Civil da Presidência da República e do Tribunal de Contas da União.



Na oportunidade, debatemos exatamente o caminho que devemos tomar, além da Lei nº 12.527, sancionada pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, dia 18 de novembro, estabelecendo nos seus 45 artigos o acesso irrestrito à informação, dando 180 dias de prazo a todos os entes públicos para poderem se adaptar.

Não obstante todo esse esforço, o que falta ainda à administração pública? Falta exatamente esse espírito de luta visto no comportamento de vários homens públicos, como este que estamos hoje homenageando, *in memoriam*, com a presença de seu filho, o ex-Governador José Richa.

Houve momentos em que a vida brasileira nos ensinou, com projetos e leis. Por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal, do ano de 2000. Mas, passados 11 anos, quantas evoluções e involuções tivemos!

Temos que substituir essa saga, às vezes punitiva e, às vezes, infelizmente, apenas notícia, por um trabalho de qualificação, de preparação da administração pública.

A transparência, a observância das normas, o acesso à informação são os principais remédios, sim, para que tenhamos uma efetiva administração pública, com resultados práticos dirigidos à sociedade.

É o que pedimos, é o que desejamos, e foi o que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle fez no dia 30 de agosto, quando discutiu o projeto do Governo Aberto e quando discutiu as várias formas de buscar informações com o poder público.

Então, nesta data em que homenageamos figuras e entidades que trabalham nesse setor, observamos que o tempo do Governo já é chegado, e, mais do que



isso, é chegado o momento de aplicar todo esse regramento que temos hoje, inclusive a Lei nº 12.527, para que tenhamos a resposta que a sociedade pede.

A administração pública, repito, em vez de buscar a punição depois de ocorrida a corrupção, deve se precaver. Temos que preparar os gestores públicos, temos que buscar formas de administrar como, por exemplo, fez o Tribunal de Contas da União, quando estabeleceu os princípios norteadores da administração.

Essa é nossa grande preocupação. Essa é a preocupação, Governador Beto Richa, dos estadistas. Essa é a preocupação principalmente daqueles que querem ver a Nação crescendo, desenvolvendo-se com bases sólidas e sustentáveis. É a nossa preocupação. Queremos crescimento, queremos desenvolvimento, mas queremos nos preparar para isso.

A administração pública, na mesma intensidade que deseja o desenvolvimento, precisa também se aperfeiçoar, e esse aperfeiçoamento virá apenas quando a população, a sociedade — e aqui representamos uma parcela da sociedade — puder efetivamente participar e fiscalizar. É o que buscamos.

Parabenizo todos os agraciados com o prêmio, todos os agraciados com esta oportunidade que estamos tendo na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e todos os Parlamentares presentes nesta sessão e que fazem com que a Casa também se destaque no trabalho de fiscalização e controle, exercendo seu mister fundamental, que é não apenas legislar, mas também fiscalizar.

Parabéns aos Parlamentares, às entidades e principalmente aos que estão hoje recebendo esta homenagem.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Pereira) - Muito obrigado, Deputado Hugo Leal.



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Passo a palavra agora ao Deputado Roberto Freire, pelo PPS.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado Filipe Pereira, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle; Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União; Governador do Estado do Paraná, Beto Richa; meus senhores e minhas senhoras; Sras. e Srs. Deputados, vim aqui falar, em nome do PPS e de sua Liderança, o Deputado Rubens Bueno, fundamentalmente em relação à associação Contas Abertas. E, claro, presto uma homenagem a todas as entidades que foram agraciadas, em especial ao ex-Deputado, ex-Senador, ex-Constituinte, ex-Governador, grande homem público que foi José Richa.

Hoje me lembrava que talvez quem devesse falar em nome do PPS fosse o Deputado Augusto Carvalho, só que ele não está no Brasil neste momento. Eu me lembro que Contas Abertas tem o seu embrião exatamente no gabinete de Augusto Carvalho, também com a minha direta participação, numa época em que a senha do SIAFI era acessível a alguns Parlamentares e assim mesmo com o Governo exercendo um controle muito grande. Até tentaram me enquadrar, porque eu disponibilizei a minha senha ao nosso amigo Gil, que, naquele momento, iniciava esse trabalho de dar transparência às contas públicas brasileiras, que não tinham transparência, como ainda não têm.

Foram feitos alguns avanços, evidentemente. O processo democrático no Brasil vem tendo avanços. A própria Comissão de Fiscalização e Controle está tendo, nesses últimos tempos, um trabalho redobrado. Tem pouca eficiência e



eficácia, mas tem um trabalho redobrado, porque nunca se assistiu neste País a tantas denúncias de corrupção concentradas num Governo.

Eu hoje estava analisando, com a queda do último Ministro, que nós temos um recorde histórico entre os países democráticos e civilizados. Não se conhece nenhum Governo que, em menos de 1 ano, tenha visto cair sete Ministros: um por incontinência verbal e seis por denúncias de corrupção.

E a Comissão de Fiscalização e Controle tem sido, nesses momentos, muito acionada. Como eu disse, pouco eficiente. De lá, inclusive, saem com reputação ilibada aqueles que são questionados, embora logo depois tenham que sair da Pasta, porque ilibada coisíssima alguma existia em seu Ministério.

Esse é apenas um pequeno introito para dizer que Contas Abertas presta efetivamente um grande e inestimável serviço à sociedade brasileira.

Eu escrevi algo, mas não vou ler tudo. Vou apenas ressaltar a importância que Contas Abertas teve ao responder tantas perguntas sobre os gastos públicos.

Vejamos alguns números. Foi criada em 2005 e, em 2008, já recebia 7 milhões de acessos, que dobraram agora. O que se pode ver, em termos de matérias jornalísticas, é que mais de 2 mil matérias jornalísticas foram baseadas em informações de Contas Abertas sobre gastos públicos.

Hoje, um dos grandes dramas da transparência, no Portal da Transparência, é conhecer os gastos públicos. Existe uma tremenda dificuldade. É para os iniciados. Temos tremenda impossibilidade de conhecer como estão sendo gastos os recursos públicos.

O que Contas Abertas faz é dizer para o cidadão comum o que ocorreu e como se fez, daí sua crescente importância para o conhecimento dos malfeitos que



acontecem no País e também dos acertos que podem estar ocorrendo. Por isto existem a Contas Abertas, o Portal da Transparência. E isso se dá porque existe também, de qualquer forma, a democracia brasileira, que devemos saudar neste momento em que se presta esta homenagem.

Eu queria, em nome do PPS, por ter sido nossa indicação acolhida pela Comissão, parabenizar Contas Abertas e todos os que receberam o prêmio e dizer que a Comissão de Fiscalização e Controle vai receber um pedido de minha autoria para convidarmos o Ministro da Integração Nacional para explicar mais um novo escândalo, com a paralisação das obras do São Francisco, para saber se teremos mais eficácia em conhecer tanta incúria do Governo Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a coisa pública é a coisa do povo. Esta não é uma expressão nova. Ao contrário, foi utilizada por Cícero, o grande orador e político romano, há mais de 2 mil anos. E o fez em defesa da poderosa República Romana, introduzindo, pelo menos nas lutas políticas, o conceito de povo.

Essas ideias me vieram à mente quando soube que ocuparia a tribuna para participar de uma sessão solene em que a Casa entregaria o Prêmio de Transparência e Fiscalização Pública, concedido por indicação de sua Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. E vejo agora como as palavras daquele sábio permanecem inteiramente válidas, embora todo o tempo passado.

De fato, deveria ser o lema de todos os que, direta ou indiretamente, têm por tarefa a aplicação de recursos públicos, os mesmos que, como já o dissemos, são



do povo e, portanto, em seu nome têm de ser utilizados. E isso, impossível negar, há de ser feito com a mais absoluta transparência.

Transparência. Esta é a palavra essencial. Sem mágicas, mas, simplesmente, lógica, porque deve, sempre, sempre, responder a esta pergunta que nunca se cala em nós: que é que estão fazendo com meu dinheiro? Onde, como e por quem estão sendo aplicados esses trilhões que nos arrancam do bolso desde que nascemos?

Claro que não estamos inteiramente às cegas nessa situação. Nem essas perguntas, pelo menos em sua maior parte, perdem-se no vazio. Os governos já dispõem da Controladoria-Geral da União, uma prova cabal de que existe a preocupação efetiva em, se não explicar, pelo menos exibir esses tantos gastos. Temos o Portal da Transferência. E temos, impossível não destacar, o trabalho que vem sendo desenvolvido por nossa homenageada de hoje, a Contas Abertas.

De sua importância, de sua capacidade de responder a tantas e tais perguntas sobre os gastos públicos, os números falam melhor. Criada em 2005, ao final daquele ano, em meados de 2008, ou seja, sem completar seus 3 anos, já recebia 7 milhões de acessos, que, 3 anos depois, neste 2011, mais que dobraram. E os números não se reduzem a esse, por mais magnífico que já seja um resultado assim tão expressivo. Até hoje, mais de 2.500 matérias jornalísticas foram formuladas e — como não dizer? — divulgadas tomando por base os dados fornecidos pela Contas Abertas.

E esse conhecimento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não se esgota — se é que posso falar assim, diante de números tão expressivos — aqui. A experiência acumulada por esses 6 anos de trabalho vem sendo transmitida Brasil a fora, mundo a fora, na forma de cursos formulados e de que participam estudantes,



jornalistas, membros de associações as mais diversas, todos, absolutamente todos, permitam-me repetir, interessados em resposta para suas dúvidas, as mais básicas, as mais complexas, respeitantes aos gastos públicos.

Meu caro Gil Castelo Branco, a homenagem que a Câmara de Deputados está concedendo, mais que justamente, à Contas Abertas, decorre, há que se dizer, de sua direção e orientação a uma equipe que, sob sua liderança, desenvolve um trabalho que importa, sobretudo, à República e, por isso mesmo, a nós, o povo republicano. É assim, valendo-me de seu nome, que lhe peço encaminhar a toda essa magnífica turma a expressão de nosso mais sincero agradecimento ao trabalho que Contas Abertas vem desenvolvendo. Esse trabalho, queira crer, nos levará a exigir de todos, de absolutamente todos os nossos governantes, que coloquem em prática a máxima de Cícero: *“res publica, res populi”* — a coisa pública é a coisa do povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Muito obrigado, Deputado Roberto Freire.



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Convido para fazer uso da palavra o Deputado Ademir Camilo, do PSD.

O SR. ADEMIR CAMILO (PSD-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Filipe Pereira; Sr. Governador do Estado do Paraná, Beto Richa; Sr. Senador, ex-Governador e amigo Aécio Neves, inicialmente eu gostaria de agradecer a todos os Deputados e Deputadas que compõem a Comissão de Fiscalização Financeira e também, na pessoa da Regina, aos servidores que contribuíram para que hoje acontecesse esta sessão solene.

É com grande satisfação que participamos desta sessão solene, em que a Mesa da Câmara dos Deputados e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle procedem à outorga do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, edições 2004 e 2011.

Uma vez que a premiação na Categoria Governamental de 2011 foi denominada Prêmio Aécio Cunha, fomos honrosamente incumbidos de lembrar, em breves palavras, a notável trajetória política desse grande mineiro, exemplo de probidade, discrição e dignidade pessoal.

Nascido em Teófilo Otoni, minha cidade natal, em janeiro de 1927, Aécio Ferreira da Cunha era filho de Tristão da Cunha, um dos grandes nomes da política estadual da época. Seguindo importante tradição que desde sempre colocou Minas Gerais nos momentos decisórios dos destinos nacionais, Aécio Cunha também se deixou levar pela paixão da política e a ela dedicou toda sua vida.

Casado com a filha de Tancredo Neves, teve a oportunidade do convívio e do aprendizado com aquele que se tornou verdadeiro ícone da tradição política mineira. Não é de estranhar que seu filho, Aécio Neves da Cunha, ex-Governador de Minas e



atualmente Senador da República, seja hoje um dos nomes mais influentes e promissores do cenário nacional, herdeiro que é de uma das linhagens mais respeitáveis e profícuas da política brasileira.

Quero destacar ainda, Sr. Presidente, a presença de Andrea Neves, que está ao lado do Prefeito de Coração de Jesus, Antônio Cordeiro, e do Prefeito Antonio, o Toninho Garrincha, de São João do Pacuí, filha de Aécio Cunha, pelo brilhante trabalho à frente do serviço voluntário e de assistência social de Minas Gerais. Andrea, seu trabalho dignificou e alegrou muito os mineiros.

Não foi apenas a habilidade e o descortino nesse campo que notabilizaram Aécio Cunha, ao longo de tantos anos de vida pública. Deputado Federal por seis mandatos, de 1962 a 1986, foi membro efetivo das Comissões de Defesa do Consumidor, de Educação e Cultura, de Finanças e da nossa Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas. Foi também membro efetivo da Comissão de Minas e Energia. Foi por duas vezes Relator da Comissão de Orçamento da Câmara.

Genro e pai de figuras de proa da recente história nacional, Aécio Cunha jamais se deixou contaminar pelo fascínio do poder. Em virtude da formação rigorosa e do profundo senso de ética pessoal, sempre trabalhou ao largo das influências políticas, mantendo-se equidistante e independente, fiel apenas aos deveres da cidadania e às imposições da própria consciência.

Seu cuidado nesse campo foi irretocável. Já no alvorecer da chamada Nova República, abandonou a militância política.



Durante o mandato de Aécio Neves, manteve-se rigorosamente afastado do Palácio do Governo, tendo ali comparecido apenas para a posse do filho e para a cerimônia de transmissão do cargo.

Presidente do Conselho Administrativo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES e conselheiro tanto de Furnas Centrais Elétricas quanto da Companhia Energética de Minas Gerais — CEMIG, trabalhou assídua e competentemente, permanecendo incólume à crescente influência do filho. A ambos os cargos renunciou, pelo que entendia serem deveres morais: saiu de Furnas porque seu filho apoiava outro candidato à sucessão do Presidente Lula; saiu da CEMIG por entender, contra todos os pareceres jurídicos, que podia ser acusado de nepotismo.

Célebre episódio marcou de modo indelével sua reputação. Nomeado pelo Presidente da República para ocupar o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, função altamente remunerada e vitalícia, viu seu nome mencionado em matéria leviana, publicada em jornal carioca, em que se levantava a hipótese de que sua nomeação teria por objetivo forçar o jovem filho, então Deputado Federal, a votar favoravelmente aos projetos do Governo. Incontinenti, Aécio Cunha renunciou ao cargo, em caráter irrevogável, antes mesmo de tomar posse. Ali patenteou sua honradez inatacável e desmoralizou definitivamente o infeliz caluniador.

Foi assim que nosso homenageado escreveu a história de sua vida como homem público: entre demonstrações cabais de competência e probidade, habilidade política e ética pessoal, construiu reputação invejável, que se tornou orgulho não apenas da família, mas de todo o povo mineiro.



Mais do que justificada, portanto, a atribuição de seu nome ao Prêmio Transparência e Fiscalização Pública de 2011, uma vez que se reconhece, em único gesto, exemplo ímpar de dignidade e cidadania e se reverencia sua memória, assegurando seu lugar entre os grandes da política mineira e nacional.

Nossos sinceros cumprimentos à família de Aécio Cunha, na certeza de que a saudade deixada por seu passamento, em 3 de outubro de 2010, não poderá ser minimizada, mas, certamente, será embalada pelo reconhecimento generalizado às suas raras virtudes como figura humana, cidadão e pessoa pública.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Obrigado, Deputado Ademir Camilo.



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Passo a palavra ao Deputado Chico Alencar, que falará pelo PSOL.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente Filipe, tão jovem, mostrando que a Câmara também se renova; Senador Aécio, Governador Richa, componentes da Mesa, demais presentes neste plenário, eu usaria tentar induzir esta sessão a se transformar num ato solene, no plenário da Câmara, é verdade, pela transparência e fiscalização financeira, pela fiscalização dos negócios públicos, hoje, tanto quanto ontem, extremamente ameaçadas.

Norberto Bobbio, que foi Senador pela Itália, sobretudo um grande pensador político do século XX, dizia sempre que a democracia é o regime da transparência e que, nela, não pode haver qualquer segredo. No Brasil, no entanto, parece que se cristalizou uma cultura política que nos afeta a todos, que é a da mentira, do engodo, da perda da memória absoluta, que ninguém pode ter, e outras falsidades.

Portanto, este ato, em favor da transparência e da fiscalização pública, mediatizado pela homenagem a entidades e a personalidades que pautaram a sua vida e pautam a sua ação nesse sentido, deve ser também um momento de compromisso de todos nós contra a promiscuidade entre o público e o privado; contra consultorias tão necessárias que muitas vezes são biombo para tráfico de influência; contra a tentativa de transformação de organizações não governamentais, muitas delas autênticas, virtuosas — nenhuma sociedade pode ter só o Estado e o mundo empresarial —, em negócio, em empresa, a ponto de se criar, como lemos há pouco, a esdrúxula figura do dono de ONGs. Isso é um contrassenso, porque ONG é sobretudo de voluntariado, que promove ação efetiva e generosa na educação, na saúde e em tantos campos da vida social brasileira. Não é um negócio



para se obter lucro. O referido compromisso é também contra a ideia deformadora e deformada de Ministério ou função pública para ativar organização partidária, que nem sempre tem espírito público, ou para aumentar patrimônio do ocupante da honrosa função. Tudo isso vai contra a transparência. Uma fiscalização pública incomoda a todos esses.

Por isso devemos louvar não só figuras que na sua vida pública resistiram a esse tipo de cultura e de procedimento tido como natural, mas também entidades. Cito o Contas Abertas, a Transparência Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que atuam nesse sentido.

Queremos também fortalecer os órgãos de controle que o Estado brasileiro tem, como os Tribunais de Contas, que não podem ser prêmio de fim de carreira para mandatários. Assim é pelo menos no meu Estado. Muitas vezes são colocadas no Tribunal de Contas pessoas que não têm vida pública ilibada — diferentemente dos aqui homenageados. É vampiro tomando conta do banco de sangue. Isso é vergonhoso para o País. Mas os Tribunais de Contas são fundamentais, assim como a Controladoria-Geral da União, a Comissão de Ética Pública da Presidência da República e todas as demais comissões.

Eu encerraria minha fala, Dom Leonardo, já que estamos no tempo do Advento e do Natal, com um exercício que fiz, recordando-me dos meus tempos de Juventude Estudantil Católica, a partir de um repto do Governador do meu Estado, que clamou por um código de ética. Ele não sabia, apesar de uma vida política já longa, embora seja jovem, que a relação entre o público e o privado tem que ter fronteira muito nítida. *“Precisamos de um código de ética!”* E fui lá longe, no Antigo Testamento, no Livro do Êxodo, recorri a Moisés e sua grandiosa tarefa de ajudar o



seu povo a sair da escravidão do faraó. Dei então aos Dez Mandamentos tradução profana — espero que receba o *nihil obstat* de Dom Leonardo —, que eu acho palmar, elementar para todos nós. Eu leio isto sempre, para não cair em tentação:

“Amarás a promoção do bem comum, e não dos teus bens patrimoniais, bezerros de ouro da prosperidade particular, com todo o teu coração e entendimento.

Não pronunciarás a expressão ‘interesse público’ em vão, confundindo-a com a idolatria dos negócios privados.

Guardarás nítida separação entre dedicado trabalho e salutar descanso, desfrutando deste sem nenhuma vantagem indevida ou mimo interessado derivado daquele.

Honrarás todos os antecessores” — é bom ver filhos aqui lembrando a memória de seus pais — “que na vida pública praticaram a honestidade, o serviço, a defesa das causas da justiça para as maiorias desvalidas.

Não matarás a esperança do povo com práticas que degeneram o sentido maior da política.

Não cometerás atos de promiscuidade entre o público e o privado.

Não roubarás o erário em nenhuma das variadas formas que a corrupção sistêmica criou (tráfico de influência, compras sem licitação, isenções fiscais sem



critério, polpudas doações, com retorno em obras públicas superfaturadas).

Não darás falso testemunho nem obrigarás a assessoria de imprensa a mentir para esconder relações que não resistem à transparência e aos critérios da moralidade.

Não cobiçarás o que não te pertence.

Zelarás com rigor máximo pelo patrimônio público, sobre o qual tens mandato e que transitoriamente gerencias.”

Penso que o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, da nossa Comissão, da Câmara, é uma exortação a que sejamos sempre fiéis servidores dessas práticas.

Parabéns aos homenageados.

Vamos em frente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Muito obrigado, Deputado Chico Alencar.



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Concedo a palavra ao último orador, o Deputado Fernando Francischini, que falará pela Liderança da Minoria.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, falo pela Liderança da Minoria desta Casa e, em função de ser uma homenagem em um dia tão simbólico da transparência e do combate à corrupção, quero me permitir falar da planície, representando os Deputados de oposição, que são minoria nesta Casa, mas são aguerridos Deputados que têm lutado pela fiscalização, pelo controle, pelo acompanhamento dos Ministérios e dos gastos públicos.

Há este dito popular: *Deus escreve certo por linhas tortas*. Eu, com autorização do Arcebispo da CNBB presente, gostaria de dizer que Deus escreve certo por linhas retas quando traz para a mesma homenagem o Contas Abertas e a Transparência Brasil, instituições que têm lutado para manter a democracia no nosso País, fiscalizando os gastos públicos; quando traz, *in memoriam*, o Deputado Aécio Cunha — foi Deputado Federal por 32 anos — e o nosso Senador, Governador, Deputado Federal José Richa. São homens que ajudaram a redemocratizar o País, junto com a CNBB. Deus não poderia deixar de colocá-los no mesmo evento simbólico.

De maneira rápida, sem nenhum tipo de discurso preparado, digo ao Governador Beto Richa, ao Senador Aécio Neves, ao meu Líder, Deputado Duarte Nogueira, e aos demais presentes que tive, quando fiz a proposta, na Comissão de Fiscalização, o apoio incondicional do Deputado Sérgio Brito, à época Presidente da nossa Comissão. Com todo o respeito que temos pelos demais indicados, usei, Governador Beto Richa, uma simples bandeira: o nosso Governador José Richa é o



homem das Diretas Já, o grande articulador das Diretas Já, foi o homem que ajudou a instituir a redemocratização no País. Tivemos o apoio do PT, PMDB, PSB, PDT, PSDB, o que mostra que não é partido político que faz um homem de bem, mas, sim, os atos que ele praticou na vida e a herança que deixa a todos nós.

Na sua pessoa, Governador Beto Richa, gostaria de cumprimentar a D. Arlete Richa, os seus irmãos, Pepe, Adriano, figuras que são minhas amigas também, a sua esposa, Fernanda Richa, pela homenagem ao seu pai. Considero esta homenagem importante.

Até ontem eu era delegado da Polícia Federal. Fui filiado a partido político pelo nosso Governador. Logo em seguida, alguns conselheiros me premiaram com dois livros: *Cartas a um jovem político*, de Fernando Henrique Cardoso, e *Richa, o político*, livro que tenho agora em mãos. Com certeza, serviram não só para moldar o que eu pensava da vida pública, como também para indicar como eu deveria me pautar nos meses que aqui estou — talvez fique por alguns anos —, fazendo esse trabalho que ONGs como o Contas Abertas e a Transparência Brasil vêm também realizando. Muitas vezes, pesquiso no material de vocês para fazer a fiscalização, e, certas vezes, não há os dados que vocês cruzam para nós Deputados fazermos a fiscalização.

Presidente Filipe Pereira, queria rapidamente citar alguns fatos sobre José Richa e dizer o porquê dessa premiação. Foi o primeiro Governador do Paraná eleito pelo sufrágio popular, em 1982. Fez em Curitiba, em 1984, o primeiro ato das Diretas Já, com muita coragem, pois o País ressurgia de muitos anos de obscurantismo, de perseguições, de falta de democracia. Quando era Deputado Federal, como disse bem o Deputado Mauro Benevides, traçou as primeiras linhas



parlamentares para a criação da nossa Comissão, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Foi nela que muitos Ministros convocados acabaram saindo do Governo, pela nossa fiscalização.

Queria também falar de um assunto muito importante, que poucos citaram: o Grupo dos 32. Não sei se o nosso Senador Aécio Neves se lembra dessa passagem. O Grupo dos 32 era composto de 32 cabeças pensantes do Congresso Nacional, Senadores e Deputados, que se reuniam próximo à Ermida Dom Bosco. Lá José Richa organizou mais de cem pontos polêmicos da nossa Constituição Federal de 1988. Sem a articulação relativa a esses pontos, sem o trabalho que ele fez nesses bastidores, talvez não tivéssemos uma Constituição tão cidadã, tão transparente, tão democrática como a que temos hoje. São pontos que o levaram, como Governador, a criar o Governo Participativo.

Acompanhei o Governo Participativo quando o nosso Governador era Prefeito de Curitiba. Foi o molde para a continuidade da herança de Richa no nosso Estado. Nas audiências públicas, desenvolveu-se a grande base eleitoral que democratizou o acesso em Curitiba e no nosso Estado, possibilitando à população participar do Governo, fiscalizar o Governo, decidir sobre obras públicas, indicar a alocação de recursos do orçamento. São, portanto, heranças inegáveis.

Quero terminar este discurso lendo rapidamente um trecho deste livro, elaborado por Rose Arruda, Hélio Teixeira e Ivan Bueno. Foi uma decepção para José Richa quando, por meio de plebiscito, não foi aprovado o parlamentarismo no Brasil. Talvez o País fosse muito mais avançado nas questões relacionadas a debate político, a reforma política, se tivéssemos sob o parlamentarismo. Diz o livro:



“O plebiscito foi o canto do cisne de Richa. Desiludido com os resultados e desencantado com a classe política, que tanto honrara por mais de 40 anos, decidiu não mais concorrer a qualquer cargo eletivo. Morreu, sabe-se, poucos anos depois, não sem antes demonstrar suas brilhantes qualidades de administrador no exercício de atividades empresariais, a que passou a dedicar-se para o sustento de sua família, porque, homem probo, honesto até a medula, não tirou qualquer vantagem material da atividade política.

Deixou enorme vazio, que ainda perdura no cenário brasileiro, e uma saudade que não passa nunca para os que tiveram a oportunidade e a honra de lhe acompanhar a trajetória.”

A família Richa levará esse prêmio, que faz jus também à imagem do pai do nosso querido Senador Aécio Neves, o Deputado Federal Aécio Cunha. São homenagens que se casam, que se complementam neste dia simbólico para a transparência e o combate à corrupção em nosso País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Muito obrigado, Deputado Fernando Francischini.



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Passaremos agora à entrega dos diplomas e prêmios. Vou chamar à mesa os Srs. Deputados que farão a entrega dos prêmios. Em seguida, os senhores homenageados terão a palavra, para os seus agradecimentos.

Convido o Sr. Deputado Ademir Camilo para entregar diploma em homenagem, *in memoriam*, a Aécio Ferreira da Cunha, como patrono do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2011, categoria governamental, em menção honrosa pelo reconhecimento de seu trabalho, que mereceu destaque quanto à transparência e à fiscalização pública.

Convido o Exmo. Sr. Senador Aécio Neves para receber o diploma, representando a família do Sr. Aécio Cunha. Convido também a irmã do nosso Senador, Andrea Neves, para receber esse prêmio juntamente com o nosso Senador.

(Procede-se à entrega do diploma. Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Passo a palavra agora ao Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES - Caro amigo, ilustre Deputado Filipe Pereira, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, que preside esta sessão; Sras. e Srs. Parlamentares; senhores homenageados; meu fraterno amigo e companheiro já de longas e, certamente, de futuras jornadas, extraordinário Governador do Estado do Paraná, Beto Richa; meu Líder nesta Casa, a quem saúdo, o Deputado Duarte Nogueira, referência de uma nova geração de talentosos e idealistas homens públicos; minha querida irmã Andrea; senhoras e senhores, uma palavra brevíssima.

É para mim sempre uma emoção especial voltar a esta tribuna. Foi aqui que vivi, certamente, os dias mais instigantes da minha trajetória política. Tive a honra, Deputado Filipe, por delegação da maioria esmagadora desta Casa, de presidi-la por 2 anos, sentar-me na cadeira em que está V.Exa. e, sobretudo, aqui aprender.

Orgulho-me muito de ter atuado naquele tempo, e esta é a razão que faz com que a minha emoção seja ainda maior. Vejo aqui também meu pai sendo homenageado como patrono de um importante prêmio, ao lado do ex-Vice-Presidente José Alencar, também mineiro. São prêmios dados não em larga escala, a muitos homenageados, que por muitas vezes a eles fazem jus, mas são prêmios dados à CNBB, à Transparência Brasil, ao grande homem público José Richa e também outorgado a Contas Abertas — eu quero saudar de forma especial meu amigo Gil Castello Branco, que aqui está. As coisas, de alguma forma, conspiram e se agregam.



Eu quero chamar aqui o testemunho dessa extraordinária mulher, dessa guerreira batalhadora também, referência raríssima de mulher pública completa, que é a Deputada Luiza Erundina, que aqui está (*palmas*) e que no nosso tempo ainda de Presidente desta Casa me ajudou muito — eu me lembro disso, e se lembrará o Ministro Hargreaves —, a introduzir, Deputado Chico Alencar, algumas medidas que têm uma afinidade muito grande com a atividade dessas instituições, que já são parte hoje da sociedade moderna brasileira.

Foi no tempo em que estive, Deputado Filipe, caríssimo companheiro Ademir — e a você uma palavra sempre muito especial, pela lembrança que traz do seu conterrâneo, meu pai, Aécio Cunha, neste instante —, foi naquele tempo que nós, dentre outras medidas, acabamos com a imunidade parlamentar. Até o ano de 2000, quando assumimos a Presidência da Câmara, apenas após a aprovação e liberação do Supremo Tribunal Federal é que se podia aqui, caríssimo Dom Leonardo, punir ou eventualmente afastar do convívio parlamentar Parlamentares que houvessem incorrido em qualquer tipo de delito.

Foi naquele tempo ainda que criamos a Ouvidoria Parlamentar, permitindo que a sociedade tivesse um canal mais aberto de interlocução com o Congresso Nacional. Foi naquele tempo que nós criamos a Comissão de Ética da Câmara, que até então não existia.

Mas foi de forma especialíssima — mais uma vez recorro à Deputada Luiza Erundina — que criei a Comissão de Legislação Participativa, que a teve como sua primeira Presidente. E até hoje, por todos esses anos, e olhem que já são 10 anos idos, S.Exa. continua ali, demonstrando a importância de uma Comissão que não



abre, mas que escancara as janelas desta Casa para a sociedade brasileira, recebendo dela sugestões, contribuições, inclusive iniciativas legislativas.

Portanto, ao me encontrar com todos os que estão aqui, eu quero deixar um cumprimento muito especial a cada uma dessas instituições: à CNBB, não apenas pelo seu papel evangelizador secular, mas pela coerência e defesa permanente dos interesses daqueles que dependem da ação da sociedade para superar as dificuldades que vivem; à Transparência Brasil, que, como eu disse, é uma bússola hoje da administração pública moderna; da mesma forma, à Contas Abertas, um patrimônio hoje dessa já moderna sociedade brasileira; e, por último, à extraordinária figura, meu caro Beto, do seu pai, José Richa.

Eu me lembro muito bem — e caminho para encerrar esta minha manifestação — de que, na Assembleia Constituinte, eu era um dos dois mais novos Parlamentares que aqui chegavam. Lembro que exatamente onde está sentado hoje o grande e competente Líder Rubens Bueno, era por ali que ele se sentava. E nós fazíamos, Beto, quase que uma fila para esperar alguém sair do lado do Senador José Richa, para sentarmos ao seu lado e dele ouvirmos sempre, com aquele jeito ponderado, equilibrado, mas com muita objetividade e coragem, a defesa dos temas que ele considerava os mais justos.

Talvez nem todos façam a devida referência ou a reverência — as duas palavras se completam — adequada, mas ele foi um dos maiores inspiradores dos capítulos sociais mais importantes da nossa nova Constituição, construídos aqui, como disseram alguns dos Deputados que já falaram, na Assembleia Nacional Constituinte.



Portanto, homenagear José Richa é homenagear também o que de melhor fez a política brasileira nas últimas décadas. Foi a eleição de José Richa, em 1982, no Paraná, ao lado de Tancredo, em Minas, de Montoro, em São Paulo, de Brizola, no Rio de Janeiro, que possibilitou o início de uma articulação consistente e competente para que nós deixássemos para trás os 21 anos de autoritarismo no Brasil. A ele a minha reverência pessoal, a minha saudade, de um aprendiz que fui ao longo de todos os anos que com ele aqui convivi. Era ao lado dele e de Mário Covas, seu dileto amigo, em quem eu buscava me inspirar e me orientar nas decisões sempre complexas e para mim extremamente novas. Certamente o Deputado Haully se lembra disso.

Então hoje, para mim, é um dia especial. A política é feita — já disse o Ministro Alcení, muitos dizem — de encontros e desencontros, muito mais desencontros do que encontros. Mas hoje está sendo para mim, para uma alegria muito especial, um dia de reencontro, reencontro com esta Casa, a mais verdadeira representação da população brasileira, com as suas virtudes e com os seus defeitos. É um reencontro com amigos queridos que aqui estão, mas um reencontro também com a nossa história, de alguma forma, com a minha própria trajetória.

Num momento de tanto desgaste e de tantas críticas que se fazem em relação à atuação política, eu me honro muito, Presidente Filipe, Líder, Governador Beto, Ademir, em dizer que sou político, sim, na inteireza dessa palavra, na dimensão maior que essa expressão possa trazer, porque eu faço política inspirado em homens públicos como Beto Richa, Aécio Cunha e José Alencar, para citar apenas aqueles que aqui hoje são patronos desta festa.

Parabéns a todos que participam desta homenagem! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Muito obrigado, Senador Aécio Neves, por essas palavras.



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Convido agora o Sr. Deputado Sérgio Brito para entregar diploma em homenagem, *in memoriam*, ao Sr. José Alencar Gomes da Silva, para patrono do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2011, Categoria Sociedade Civil, em menção honrosa pelo reconhecimento do seu trabalho, que mereceu destaque para a transparência e fiscalização pública.

Convido o Sr. Ronaldo Dornellas de Assis Ribeiro, seu cunhado, para receber o diploma, representando a família do Sr. José Alencar.

(Procede-se à entrega do diploma. Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Passo a palavra ao Sr. Ronaldo Dornellas para fazer os seus agradecimentos.

O SR. RONALDO DORNELLAS DE ASSIS RIBEIRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ilustre Senador Aécio Neves, ex-Governador do meu Estado natal, senhoras e senhores, a família Gomes da Silva, profundamente sensibilizada, agradece às Sras. e aos Srs. Parlamentares a homenagem prestada à memória de José Alencar Gomes da Silva, dando o seu nome ao Prêmio Transparência e Fiscalização Pública do ano de 2011, na Categoria de Sociedade Civil, concedendo-lhe, *in memoriam*, diploma de menção honrosa pelo seu trabalho em defesa da transparência na vida pública e na vida particular.

Essa distinção se torna para nós motivo de legítimo orgulho e justa emoção, na medida em que traduz, do próprio nome da comenda, valores e princípios fundamentais à democracia, pelos quais José Alencar sempre lutou com muita determinação.

Manifestamos ao Sr. Deputado Sérgio Brito nossa gratidão por sua generosa iniciativa, que teve o apoio dos demais companheiros. Que a inspiração desse prêmio possa servir de exemplo, estímulo e incentivo a todos os cidadãos que almejam para o nosso País e para as próximas gerações um próspero e justo Brasil.

À Associação Contas Abertas, que recebe agora o Prêmio José Alencar de Transparência e Fiscalização Pública do ano de 2011, levamos os nossos cumprimentos, a homenagem de nossa família e os votos de contínuo êxito e valioso trabalho.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Muito obrigado, Sr. Ronaldo.



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Agora passamos à entrega dos Prêmios Transparência e Fiscalização Pública, edição 2011.

Convido o Sr. Deputado Fernando Franscischini para entregar o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, edição 2011, Categoria Governamental, outorgado ao Sr. José Richa, *in memoriam*, por sua atuação no desenvolvimento de ações na identificação e descrição de práticas de transparência e fiscalização pública.

Eu convido o Sr. Governador Beto Richa para receber o prêmio, representando a família do Sr. José Richa. (*Palmas.*)

(Procede-se à entrega do Prêmio. Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Concedo a palavra agora ao nosso Governador Sr. Beto Richa para os seus agradecimentos.

O SR. CARLOS ALBERTO RICHA - Exmo. Sr. Deputado Filipe Pereira, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e neste ato presidindo esta sessão solene, Deputado Duarte Nogueira, Líder do PSDB nesta Casa, Deputado Fernando Francischini, autor desta homenagem em memória de meu pai, José Richa, ao lado do Deputado Sérgio Brito, da Bahia, quero cumprimentar os Exmos. Srs. Deputados, as Sras. Deputadas, os ex-Ministros Reinhold Stephanes, Alcení Guerra e Henrique Hargreaves, as demais autoridades aqui presentes, a comitiva que veio do Estado do Paraná, o Presidente da OAB, Seção do Paraná, José Lúcio Glomb, o Presidente da Associação Comercial do Paraná, Edson Ramon, o Juiz Federal Anderson Furlan, enfim, todos os presentes.

Quero dizer que me sinto muito orgulhoso e ao mesmo tempo honrado em poder aqui, em nome da minha família, receber uma honraria oferecida por esta Comissão e por esta Casa de Leis ao meu saudoso pai, José Richa, que já foi Deputado Federal por duas vezes.

Ele veio de uma origem muito humilde. Seus pais, de origem árabe, estabeleceram-se no Rio de Janeiro. Meu pai nasceu na cidade de São Fidélis, vindo para o interior do Paraná, para a região do Norte Pioneiro, com apenas 4 anos de idade. Foi criado na zona rural de um distrito da cidade de Joaquim Távora que se chama São Roque do Pinhal ou Corujá.

Desde criança, ele tinha uma vocação para a atividade política. Reiteradas vezes eu o ouvi dizer que sempre, quando criança, quando passavam políticos pela sua cidade ou lá na zona rural, onde ele habitava, estava em torno do palanque



ouvindo os políticos fazerem os seus pronunciamentos. Como estudante, morava na Casa do Estudante, na nossa Capital, Curitiba. A minha avó, que tinha dois filhos, só podia pagar os estudos para um dos filhos. Ela vendia doces durante o dia, que muito cuidadosamente fazia à noite, para poder pagar os estudos do meu pai na Capital.

Já naquele período entrou para a atividade política estudantil. Foi Presidente da União Paranaense de Estudantes, foi membro da União Nacional de Estudantes, foi Presidente da Juventude Democrata Cristã Internacional e, já como auxiliar do então Governador Ney Braga, como foi aqui historiado pelo Deputado Francischini e por mais um outro orador, ele disputou, com apenas 27 anos, uma vaga à Câmara Federal, sendo vitorioso.

Reeleito em 1966, já naquela época tinha sólida e inseparável amizade com o seu fraterno amigo de toda a sua vida, o saudoso Governador, Deputado, Senador, estadista Mário Covas. (*Palmas.*)

Ele sempre, na política, procurava se cercar de pessoas de bem, pessoas que acreditavam na política como instrumento de transformação da nossa sociedade. Fazia uma busca permanente do bem comum. Foi, ao lado de Mário Covas e de tantos outros políticos de expressão, de credibilidade e de muito respeito neste País, como Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, fundador de partidos como o MDB, o PMDB e, em 1988, o nosso PSDB.

Antes disso foi Prefeito da cidade de Londrina, eleito em 1972, recebendo homenagens, como reconhecimento de um dos dez melhores prefeitos do Brasil.



Em 1978, foi eleito Senador da República. Foi eleito Senador pelo Paraná, no processo de redemocratização deste País, pelo voto direto, em 1982. Em 1986, teve o seu último mandato ao Senado da República.

Como bem disse aqui o meu particular amigo, grande companheiro, Parlamentar de expressão nacional, Aécio Neves, foi um homem que só construiu amizades. Só teve o respeito dos brasileiros, por tratar a política com a seriedade que ela merece. Sempre agiu com muita discrição, sempre foi a mesma pessoa humilde e simples, desde que morava na zona rural até os últimos anos da sua vida. Dedicou os melhores anos da sua vida à causa pública.

Por essas razões, hoje é reconhecido por todos e motivo de orgulho para seus amigos e principalmente para nós familiares e para mim, como filho. Por onde ando, no Estado do Paraná e neste País, só encontro pessoas a fazerem referências elogiosas à atuação do meu pai.

Foi um grande companheiro, uma pessoa de palavra e compromissos, uma pessoa decente, de trajetória proba e retilínea, sem jamais abrir mão dos seus princípios e das suas convicções — custassem o preço mais alto, ele estava disposto a pagar.

Nunca teve nenhum tipo de apego ao poder. Aliás, o poder costuma manchar, contaminar as melhores biografias de políticos. Ele foi convidado insistentemente pelo então Presidente José Sarney para ser Ministro; foi convidado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso a escolher o Ministério, para integrar a sua equipe, e recusou todos esses convites.

E, ao ser derrotado, quando foi Presidente da Frente Parlamentarista, no plebiscito de 1993, já anunciava, por não acreditar no atual sistema, que estaria



deixando a vida pública. Alguns duvidaram, aqueles que não conheciam o seu caráter. Pensaram que aquilo pudesse ser uma jogada de *marketing*, algum factóide, para tentar convencer as pessoas, com uma dose de sentimento, a aderir à campanha do parlamentarismo. Mas cumpriu com o que havia afirmado à sociedade e deixou a vida pública, no que se refere à disputa de cargos eletivos.

Continuou participando. Como dizia, é uma obrigação de todo cidadão de bem participar da política do seu país. Mas não quis mais ocupar nenhum cargo político, não aceitou nenhum título, nem mais disputar eleições.

Hoje serve de exemplo para todos nós. Eu me inspiro nas grandes iniciativas, nos bons exemplos que meu pai deixou, porque tive o privilégio de conviver com ele e ver a maneira ética, transparente, decente, retilínea, com que ele tratou a coisa pública no Brasil, principalmente no Estado do Paraná.

Quero aqui também cumprimentar as demais entidades homenageadas, agraciadas nesta sessão solene, por praticarem diariamente ações em defesa da ética, em defesa da transparência, em defesa, enfim, dos legítimos interesses da sociedade brasileira.

Portanto, assim como Aécio Neves tem orgulho do seu saudoso pai, temos grandes figuras ilustres, como José Alencar, entidades como estas, mas principalmente políticos que já foram e deixaram um grande legado de retidão moral, de integridade pessoal e, acima de tudo, de amor à causa pública. Que sirvam de exemplo e de inspiração a todos nós e às novas gerações. Parabéns, e que Deus nos abençoe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Muito obrigado, Governador Beto Richa, pelas palavras.



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Convido o Sr. Deputado Líder Rubens Bueno para entregar o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, edição 2011, Categoria Sociedade Civil, outorgado à Associação Contas Abertas, pelo desenvolvimento de atividade no fomento à transparência e ao acompanhamento dos gastos públicos.

Convido o Sr. Francisco Gil Castello Branco Neto para receber o prêmio, representando a Associação Contas Abertas.

(Procede-se à entrega do Prêmio. Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Concedo a palavra ao Sr. Francisco Gil Castello Branco Neto para fazer seus agradecimentos.

O SR. FRANCISCO GIL CASTELLO BRANCO NETO - Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer à Câmara dos Deputados, em especial à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, pela outorga deste prêmio, que nós recebemos, inclusive, como estímulo à continuidade da fiscalização e do acompanhamento das contas públicas.

Devo dizer que a transparência no Brasil evoluiu significativamente nos últimos anos. Recordo-me de que, em 1991, portanto há 20 anos, o jornalista Mário Rosa, quando quis fiscalizar a LBA, a então Legião Brasileira de Assistência, teve inúmeras dificuldades e somente pôde fazê-lo com uma senha emprestada, já naquela ocasião, pelo Senador Suplicy. E naturalmente ele não emprestou só a senha, mas também a estrutura do seu gabinete, porque o SIAFI é um sistema muito pouco amigável ainda.

Hoje nós vivemos uma situação completamente diferente. As contas públicas, em grande parte, estão expostas nos portais, como o Portal da Controladoria-Geral da União, o Portal Siga Brasil, do Senado Federal, ou mesmo o Portal Orçamento Brasil, aqui da Câmara.

No entanto, nós temos ainda muito o que avançar. Eu vejo, por exemplo, que nesta data, em que estamos outorgando este prêmio, inclusive a entidades irmãs, como a própria Transparência Brasil ou a CNBB — lutamos sempre juntos pelas mesmas causas —, na verdade, este prêmio nesta semana tem um significado especial, porque exatamente nesta semana, na próxima sexta-feira, dia 9 de dezembro, comemora-se o Dia Internacional de Combate à Corrupção.



Portanto, faz todo o sentido que, nesta data, entidades como as nossas, que lutamos por isso há tanto tempo, possam estar aqui recebendo esta homenagem.

Acho que temos muito o que avançar. Vejo, por exemplo, que o art. 102 da Lei de Diretrizes Orçamentárias já nos daria acesso a inúmeros sistemas, com os quais, se tivéssemos de fato acesso, poderíamos estar trabalhando e antecipando muitos desses fatos desagradáveis que têm acontecido no Brasil.

O art. 102, por exemplo, nos daria acesso ao SICONV, ao SIEST, ao SIGPLAN, ao próprio SIAFI, mas, infelizmente, nós não temos conseguido esse acesso. Eu acho que temos que avançar.

Na verdade homenageio aqui a Controladoria-Geral da União, inclusive por ter encaminhado a Lei de Acesso à Informação, recentemente aprovada nesta Casa, no dia 18 de dezembro, que entrará em vigor efetivo no dia 18 de abril e que pode ser efetivamente um marco na transparência das contas públicas brasileiras.

Por fim, quero também compartilhar este prêmio com todas as pessoas do Contas Abertas que aqui estão, todos os que passaram pelo Contas Abertas, que ajudaram a fundar o Contas Abertas, porque não fazemos esse trabalho com uma só pessoa, mas com dezenas de pessoas que já passaram por aquela entidade.

Para finalizar, quero dizer que a minha experiência no Contas Abertas me mostrou claramente que a sociedade civil brasileira pode muito mais do que talvez ela própria imagine. Nós somos como uma manada de búfalos confinada num cercado de ripas de madeira. Basta que alguns se movimentem para que essa realidade mude completamente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Muito obrigado, Sr. Francisco Gil.



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Passamos agora à entrega dos prêmios Transparência e Fiscalização Pública, edição 2004.

Convido o nosso nobre amigo Deputado José Priante para entregar o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, edição 2004, âmbito estadual, outorgado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, pela campanha do voto consciente.

Convido o Revmo. D. Leonardo Ulrich Steiner para receber o prêmio, representando a CNBB.

(Procede-se à entrega do Prêmio. Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Concedo a palavra ao Revmo. D. Leonardo, para seus agradecimentos.

O SR. LEONARDO ULRICH STEINER - Sr. Presidente desta sessão, Sr. Governador, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, se me permitem, irmãos e irmãs, para a CNBB é uma honra, um incentivo. Mas a CNBB nunca trabalhou pela homenagem. Ela agradece a homenagem. Ela procura apenas ser fiel ao Evangelho, àquilo que nos diz Jesus: justiça, solidariedade, caridade, fraternidade, participação de todos, de maneira justa e fraterna, onde todas as pessoas tenham direito a uma vida digna e a uma vida plena. Nós agradecemos.

São 7 anos que se passaram, mas 7 anos é um número bom, porque é um número perfeito. Então, nós não sentimos nenhum constrangimento em receber esta homenagem depois de 7 anos, porque é um número perfeito, três mais quatro, que significa a unidade entre o céu e a terra, a relação entre Deus, os homens e a humanidade.

Nós agradecemos, 7 anos depois, esta homenagem. Sete anos depois, já se passou a chamada Lei dos Bispos, já se passou a Lei da Ficha Limpa, já se passaram os movimentos das ruas contra a corrupção e nós recebemos esta homenagem, em nome de todos esses homens e de todas essas mulheres que trabalharam para que realmente tenhamos um Brasil mais transparente, muito mais transparente.

Nós chegamos num momento da nossa história em que, devagar, começa a aparecer cada vez mais a corrupção, e precisamos trabalhar, todos de mãos dadas, para combater a corrupção.



Se eu puder fazer uma pequena sugestão à Câmara, um dos próximos homenageados poderiam ser esses movimentos de rua que temos tido nos últimos tempos contra a corrupção. Faz-se necessário, inclusive, nós participarmos desse movimento para que o Brasil realmente possa ter transparência na gestão pública, o Estado possa ser mais transparente e nós sejamos mais partícipes nos destinos do Brasil.

Muito obrigado e que Deus abençoe todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Muito obrigado, D. Leonardo.



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Convido a Deputada Luiza Erundina, juntamente com o meu amigo do Rio de Janeiro, Deputado Chico Alencar, para entregar o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública — Edição 2004, âmbito União, outorgado à Transparência Brasil pelo desenvolvimento de ações na defesa do interesse público por meio do combate à corrupção, contribuindo para o aperfeiçoamento das instituições e do processo democrático.

Convido o Sr. Antonio Augusto de Miranda e Souza para receber o prêmio, representando a Transparência Brasil.

(Procede-se à entrega do Prêmio. Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Concedo a palavra ao Sr. Antonio Augusto de Miranda e Souza, para agradecimentos.

O SR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA - Prezado Presidente, prezado Governador, demais autoridades presentes, Deputados e colegas homenageados, é com muito orgulho que a Transparência Brasil, que há 11 anos vem trabalhando na promoção do acesso à informação, é hoje homenageada com esta premiação.

Em nome do nosso Presidente Eduardo Capobianco e do nosso Diretor-Executivo Cláudio Abramo, recebo esta homenagem.

Aproveito a oportunidade para fazer algumas pequenas considerações sobre a questão da transparência no Brasil.

Graças ao apoio desta Casa, foi aprovada a Lei de Acesso à Informação, que terá plena vigência a partir do ano que vem, 2012. E a Transparência Brasil tem orgulho de fazer parte dessa luta desde o seu nascedouro.

A Transparência Brasil vem disponibilizando para a sociedade brasileira inúmeras ferramentas para prover acesso à informação pública preexistente que, infelizmente, não tem a organização e a facilidade de acesso necessárias para gerar conhecimento e informação. A entidade vem desenvolvendo essas ferramentas e colocando à disposição da sociedade brasileira.

Dentre essas ferramentas eu posso citar o *Deu no Jornal*, que compila o principal noticiário na área de transparência e corrupção dos jornais das Capitais brasileiras; *Meritíssimos*, que compila as informações do Judiciário Federal; o próprio *Excelências*, que reúne as informações do Legislativo Nacional, nos âmbitos federal



e estadual; e também o projeto *Às Claras*, que traz informações sobre doações às campanhas eleitorais.

Infelizmente, esse trabalho é feito com muito esforço e com bastante dificuldade, dada a dificuldade de acesso a recursos que viabilizem projetos tão relevantes e significativos para a sociedade.

Apesar de as ONGs hoje estarem na berlinda, por uma série de denúncias que vêm sendo apresentadas contra esse tipo de instituição, há ONGs e outras organizações sérias, como Transparência Brasil, Contas Abertas, CNBB e outras coirmãs; como o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, que capitaneou o Ficha Limpa, no ano passado, nesta mesma Casa; como o Instituto de Fiscalização e Controle, a AMARRIBO, a Artigo 19 e tantas outras aqui não mencionadas que, com muita dificuldade, tentam trabalhar e promover o acesso à informação em nosso País.

Faz-se necessário — e fica aqui uma sugestão de aprimoramento legal — que o acesso ao Fundo de Direitos Difusos preveja o financiamento e aporte de recursos a esse tipo de empreendimento, que visa facilitar e oportunizar o acesso à informação para a sociedade brasileira.

As grandes democracias, como a nossa se pretende constituir, nutrem-se, alimentam-se de informações. É isso que dá vigor, força, renovação e aprimoramento contínuo a seus processos políticos e administrativos.

Acesso à informação não é somente uma questão de natureza moral, ética ou coisa similar, também diz respeito à qualificação que o poder público, nas suas três esferas, precisa cada vez mais aprimorar. A informação tem o poder não só de esclarecimento, mas também tem o poder de libertação. A libertação que a



sociedade precisa das mortes nas filas dos hospitais, das tragédias que acontecem em estradas mal conservadas, das crianças subnutridas que não têm condições de adquirir conhecimento na escola pública porque não recebem merenda escolar.

Atrás dos números frios, das planilhas de orçamento, existe essa realidade que precisamos superar na sociedade brasileira. Como disse o maior dos mestres que já passou por este planeta, a verdade nos libertará.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Muito obrigado, Sr. Antonio Augusto.



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Em se tratando de uma sessão solene em homenagem ao Prêmio Transparência, o Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, convida para o lançamento oficial do Projeto Dados Abertos, da Câmara dos Deputados, a realizar-se no dia 7 de dezembro, quarta-feira, às 16 horas, no Salão Verde desta Casa.

A Câmara dos Deputados é uma das primeiras instituições públicas federais do Brasil a disponibilizar dados brutos em formato aberto para utilização em aplicações digitais, antes mesmo do prazo definido pela Lei de Acesso à Informação — Lei nº 12.527, de 2011.

Antes de encerrar esta sessão, quero agradecer primeiramente a Deus, pela oportunidade de realizar esta sessão solene; agradecer aos membros da nossa Comissão, por deliberarem e aprovarem a realização desta solenidade; a todos os funcionários da Comissão, que de maneira aguerrida fazem com que esta sessão ocorra da melhor maneira possível; aos funcionários da Casa; à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, por todo o apoio e empenho na realização deste evento; e à sociedade brasileira, por permitir, como aqui foi ressaltado pelo Deputado Chico Alencar, que um jovem como eu, de 28 anos, em meu segundo mandato, esteja à Frente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, tendo a oportunidade de presidir solenidade desta magnitude, em que se trata de transparência no Brasil.

Muito obrigado a todos pela presença.

Antes de encerrar esta sessão, convido nossos homenageados para uma foto aqui na mesa, com todos juntos.



V - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



O SR. PRESIDENTE (Filipe Pereira) - Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 12 horas e 32 minutos.)